

Política

CONSTITUINTE

O Congresso começa a funcionar extraordinariamente hoje, para analisar o pacote fiscal do governo e alguns projetos pendentes sobre aluguéis, salário mínimo e empréstimo compulsório. Mas a primeira proposta a entrar na pauta será não pagar extras aos deputados. E alguns já estão chiando.

Constituintes querem dinheiro

O Congresso Nacional realiza hoje às 19h sua primeira sessão do período de convocação extraordinária votando um projeto da Mesa do Senado: não pagar nenhum extra aos parlamentares nesse período. Mas parece que não vai dar certo e será impossível evitar que os deputados ponham no bolso mais 110 mil cruzados cada um, de ajuda de custos.

Alguns deputados alegam que a iniciativa é "inconstitucional", pois a Constituição em vigor prevê esse pagamento em seu artigo 33, parágrafo 1º, como "compensação de despesas com transporte e outras imprescindíveis para o comparecimento às sessões legislativas".

Segundo os parlamentares mais gananciosos, "não há como deixar de cumprir o dispositivo constitucional". Além do mais, disse um deles, "60 milhões de cruzados para o Congresso Nacional é nada se comparado com os 50 milhões de dólares que o governo acaba de conceder ao grupo Maciel".

O raciocínio que levou o presidente do Congresso, senador Humberto Lucena, a propor o decreto legislativo cancelando o pagamento extra é o de que, estando em funcionamento a Constituinte, os parlamentares já estarão em Brasília, não importando o funcionamento extraordinário em seu deslocamento para a Capital.

A previsão é de que o Senado aprovará o projeto ainda esta semana. Mas quanto à Câmara não há previsão, pois logo começará o "recessinho" de fim de ano.

Além da prioridade no exame dos atos que o Executivo vier a decretar na área fiscal, serão examinadas nesse período as matérias que já estavam em tramitação. Uma das mais importantes é a que limita em 50% da variação anual do IPC os reajustamentos dos aluguéis residenciais (havendo emendas que fixam o percentual em 100%). Outra fixa o salário mínimo em 15 OTNs (cerca de Cr\$ 7.850,00). E mais uma extingue o compulsório de 28% sobre combustíveis e dá prazo de 90 dias para o Executivo devolver o que cobrou a esse título.

Constituinte

Paralelamente, a Constituinte vai funcionar "a todo vapor", segundo Ulysses Guimarães, que anunciou que vai marcar sessões para a manhã, a tarde e à noite, pouco tempo restando para o Congresso poder funcionar.

A atitude de Ulysses foi para fazer frente às críticas que a Constituinte vem recebendo — entre outras as feitas ontem pelo ministro Paulo Brossard, da Justiça, e pelo senador Marco Maciel, presidente do PFL. Brossard disse que a Constituinte "encalhou". Maciel, que ela é "a mais longa da história política brasileira", e que "essa democracia impaciente a sociedade e traz prejuízos ao País".

Maciel convocou a cúpula do PFL para uma reunião amanhã, na qual pretende analisar a posição do partido frente à prolação dos prazos na Constituinte, além das posições sobre os temas polêmicos. O presidente do PFL explicou a preocupação com os prazos:

— Os investimentos internos se reduzem. Os investidores estrangeiros se retraem, recessos. A demora se reflete na atividade econômico-social do País.

O ministro Paulo Brossard classificou como "melancólico" o atual quadro em que se encontra a Constituinte, frisando que ela está "encalhada em um problema regimental", e manifestando-se temeroso de que essa situação possa persistir no próximo ano. Em artigo publicado na edição de ontem do jornal Zero Hora, de Porto Alegre, o ministro analisou duramente, as causas dos impasses da Constituinte. "A primeira delas foi a expectativa criada em torno da Constituinte. O que a ela se atribuía era de tal ordem que se tinha a impressão de que a história da humanidade dividiria-se em dois períodos — antes e depois da Constituinte", ironizou.

A segunda causa, prosseguiu Brossard, é que se julgava que a Constituinte "era detentora de tamanha sabedoria e de poderes tão infinitos que não permitia qualquer contribuição que pobres mortais lhe pudessem dar. O projeto Arinos, por exemplo, não podia ser-lhe oferecido nem como sugestão, pois isto conspurcaria suas virginais atribuições".

Além disso, ressaltou o ministro da Justiça, "a experiência nacional, mais que seculares, não tinha valor. O que fora feito até aqui não tinha serventia. Era necessário fazer tudo de novo, de maneira que a Constituição a ser feita marcasse a nova época. Desse modo, entrava-se no mundo dos nefelibatas".



Foto de Roque Sá

Os líderes do PMDB, na casa de Ulysses...

...procurando unir o PMDB na Constituinte.

Tranqüilizando Sarney

Sarney toma café com Ulysses. Agora está mais confiante.

"Só com o entendimento Constituinte será legítima e duradoura. Essa constatação temrou ontem o café da manhã do presidente José Sarney com o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, muito cedo, no Palácio Alvorada. O café foi marcado pelo desejo de Ulysses, mas quem ficou mais satisfeito e confiante da conversa foi Sarney, que acredita num amplo acordo de forças políticas, a ser concluído pelo presidente da Constituinte que prevê mais 60 dias para o término dos trabalhos.

A saída do palácio, Ulysses fez uma revelação: "Eu e o presidente da República concordamos em que os trabalhos da Constituinte precisam ser agilizados, para que a futura Constituição saia o mais breve possível".

Mais tarde, na saída do casamento da filha do ministro Prisco Viana, da Habitação, ele acrescentou, sorridente, que "o café da manhã estava muito bom". E à noite, num jantar em homenagem ao ex-ministro Raphael de Almeida Magalhães, da turma do "poire", disse que pela manhã conversou extensamente com Sarney sobre o ministro Bresser Pereira.

Em meio a tantos compromissos sociais, Ulysses não perdeu tempo, e ontem mesmo reuniu em sua residência os principais líderes do PMDB para discutir os temas polêmicos da futura Constituição, que entrará em votação no plenário no fim de janeiro.

O PMDB quer restabelecer a unidade do partido, decidindo, antecipadamente, como irá votar os diversos pontos polêmicos, para depois buscar o entendimento com os demais partidos e facções, segundo explicaram os líderes. Eles voltam a se reunir na sexta-feira, para entregar a Ulysses Guimarães as alternativas disponíveis.

"Estamos trabalhando em favor da Constituinte", afirmou o líder Mário Covas ao deixar a residência oficial do presidente Ulysses Guimarães. Já o deputado Antonio Brito, da ala MUP (Movimento de Unidade Progressista), explicou que o "PMDB histórico" estava retomando o controle do partido, para evitar que as correntes moderadas da Constituinte, numa alusão ao Centão, prejudicem a imagem do PMDB.

Segundo a versão do deputado Pimenta da Veiga (MG), os líderes do PMDB chegaram à seguinte conclusão: "A futura Constituição não pode ser resultado do pensamento de uma facção sobre outra, mas fruto do entendimento". O debate interno, conforme salientou, vai facilitar o entendimento com as demais correntes, inclusive com as "ovelhas desgarradas", segundo completou o deputado Egidio Ferreira Lima (PE), referindo-se aos peemedebistas que estão no grupo Centão.

Entre os diversos temas examinados ontem estão a estabilidade no emprego, a reforma agrária, o sistema de governo, a imprescritibilidade das ações trabalhistas, educação, saúde, hora extra e licença para gestante. A ideia é encurar o máximo possível esses pontos, para chegar em janeiro no plenário com uma pauta de 30 temas consensuais, que será negociada com as demais correntes.

O relator Bernardo Cabral saiu otimista da reunião, prevendo que cerca de 90% do projeto aprovado na Comissão de Sistematização deverá ser mantido pelo plenário. "Com exceção da estabilidade, o que se reclama hoje não foi fruto do meu substitutivo, mas inserido no projeto através de emendas na Sistematização", disse ele. Nesta etapa dos trabalhos constituintes, conforme salientou, o PMDB quer uma "posição harmônica" sobre os diversos temas, para facilitar as votações em plenário.

O deputado Egidio Ferreira Lima, que ficou encarregado de apresentar sugestões sobre o sistema de governo, afirmou que a aprovação da maioria do PMDB e pela adoção do parlamentarismo. O que precisa ser feito neste período, conforme explicou, é aprimorar o texto aprovado na Sistematização, com a introdução de alguns mecanismos que considera indispensáveis ao novo sistema, para torná-lo mais próximo dos modelos da França e de Portugal. O primeiro dar poderes ao chefe do Estado para, excepcionalmente, demitir o governo — o primeiro-ministro. O segundo, dar poder ao primeiro-ministro para pedir ao chefe do Estado a dissolução da Câmara; nos casos de choques entre o chefe do governo e dos parlamentares.

Já na questão da estabilidade, segundo informou Pimenta da Veiga, deverá ser mantido, para o PMDB, o texto do Cabral I, que remete para lei ordinária a matéria. A reforma agrária deverá ficar como ficou aprovado na Comissão de Sistematização, se depender da opinião dos líderes peemedebistas, ou seja, definir o que é destinação social da terra e deixar para a legislação ordinária a imissão na posse.

Participaram ainda da reunião os líderes Fernando Henrique Cardoso e Ibsen Pinheiro, o senador Nelson Carneiro (RJ) e os deputados Almir Gabriel (PA), Nelson Jobim (RS), e Arthur da Távola (RJ).

ACORDO

A sessão de hoje será inútil: o Centão não quer mais conversa até janeiro.

de forma mais condensada". O deputado baiano afirmou ainda que "a primeira previsão de conclusão dos trabalhos da Constituinte foi setembro, sendo adiado depois para novembro e, agora, para abril. Portanto, para quem já atrasou tanto, esperar mais dois ou três dias não será problema nenhum. O principal neste momento são os entendimentos que estão sendo feitos, e tempo gasto com negociação é sempre lucrativo".

O deputado Daso Coimbra compartilha da mesma ideia de seu colega baiano. Ele acredita que na sessão de hoje cerca de 200 parlamentares estarão presentes, sendo com deles do Centão. "Alguns constituintes do Centão têm interesse em dar quôrum à votação. Outros, não, porque já assumiram compromissos em suas bases, e não podem mais ser cancelados e, sendo assim, não poderão voltar a Brasília", disse ele, acrescentando

que "eu preferia que os trabalhos fossem concluídos o mais breve possível". Daso Coimbra aposta em uma maior velocidade dos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte daqui pra frente, conforme declarou, explicando em seguida que votação, entretanto, só no dia seis de janeiro. Para ele, o esforço do presidente da Câmara e da Constituinte, Ulysses Guimarães, em realizar uma reunião hoje pela manhã para um consenso entre os partidos, será em vão.

Segundo alguns membros do Centão consultados ontem, o calendário da Assembleia Nacional Constituinte deverá ser o seguinte, com algumas pequenas variações: 6 de janeiro, votação do regimento interno; 7 de janeiro, publicação do novo regimento; 8 a 15 de janeiro, prazo para apresentação de emendas; 16 e 17 de janeiro, publicação das emendas; 18 a 25 de janeiro, parecer do relator sobre as

emendas; 26 a 27 de janeiro, publicação do parecer do relator; 28 a 30 de janeiro, apresentação de destaques; 31 de janeiro e primeiro de fevereiro, publicação dos destaques; e, finalmente, 2 de fevereiro, início da votação. Segundo os cálculos destes parlamentares, a nova Constituição do Brasil estará concluída em meados de abril.

Perseguição

O líder do PDS na Câmara, Amaral Neto, um dos articuladores do Centão, reagiu com ira à informação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) de que os parlamentares do movimento devem ser abordados pelos seus eleitores para que mudem seu voto no plenário. Hoje, na sessão da Constituinte, Amaral Neto deverá fazer um violento discurso contra a CNBB.

"A Igreja se divide, hoje, infelizmente, em duas categorias: a dos vigários de Cristo e dos vigaristas da CNBB. A campanha contra o Centão vai crescer porque ele se afirmou como força política. Vão sair intrigas, vão sair infâmias. Vai voltar a inquisição política. Quem estiver no Centão, será condenado, primeiro, moralmente, depois fisicamente", denunciou Amaral Neto.

ELEIÇÕES

Não vai mais dar tempo. E os políticos sentem medo.

A desconfiança de que as eleições de 1988 correm o risco de não se realizar já é generalizada entre os defensores da redução do mandato do presidente Sarney. E o culpado disso seria o Centão, por ter jogado a votação do regimento interno da Constituinte para o próximo ano — o que poderá furar todos os outros prazos, até o da promulgação da nova Carta. Os próprios coordenadores do Centão reconhecem que esse atraso poderá inviabilizar as eleições do próximo ano, mas negam que seja esse o objetivo.

"Não estamos fazendo isso de liberadamente", defendeu-se ontem o líder do PFL, deputado José Lourenço. Mas sua afirmação seguinte só provou o contrário: "Não vejo como fazer eleições em 1988 quando o mandato presidencial, segundo a atual Constituição, é de seis anos". Lourenço disse ainda que, se Sarney quiser, poderá reduzir seu mandato e comunicar tal decisão ao Congresso. "Mas não vejo possibilidade de concluir a tempo a legislação complementar e ordinária necessária à realização do pleito de 15 de novembro".

O líder do PDS, deputado Amaral Neto, também um ativo integrante do Centão, está convencido de que não haverá nova Constituição antes de julho — "e, sem ela, não haverá eleição". O deputado

César Cals Neto (PDS-CE) discorda de seu líder. "Para fazer eleição, basta a lei eleitoral", diz ele. E adverte: "Se até março não estiver concluída a nova Carta, nós, os constituintes, não poderemos mais andar na rua".

O desgaste geral de todos os constituintes, como consequência dos adiamentos que a votação do regimento interno pode provocar, é uma possibilidade que o deputado Lúcio Alcântara (PFL-CE) não admite. "Se ali estiver embutido o projeto de inviabilização das eleições de 1988, a classe política vai amargar uma grande rejeição. Sofreremos muitas hostilidades", prevê Alcântara.

Tudo indica, porém, segundo o deputado, que o objetivo não é ape-

nas inviabilizar a eleição presidencial, mas também as eleições para prefeitos e vereadores, já que as Constituições estaduais só poderão ser votadas a partir da nova Carta. Os prazos, contudo, não são problema para quem quer eleger o próximo presidente em 1988. "A vontade popular de ir às urnas justifica qualquer calendário", lembrou ontem o deputado Paulo Delgado (PT-MG).

De fato, o governador baiano Waldir Pires acredita que não há qualquer empecilho contra a eleição presidencial, mesmo que o prazo seja curto para preparar as candidaturas. "Ao contrário, se o tempo for menor, o pleito poderá ser até mais democrático", constatou Pires. E citou como exemplo a pro-

paganda nos meios de comunicação que, com apenas 60 dias, teriam um maior espaço garantido. As convenções partidárias, segundo ele, poderiam ser agilizadas em até 15 dias. "A inviabilidade, se existir, não é por aí", contestou ainda Pires. "O povo está acostumado a exercer seus direitos".

Na Assembleia paulista, os deputados também estão preocupados com a possibilidade de o atraso nos trabalhos da Constituinte prejudicar a eleição para prefeito. Tanto que um grupo de parlamentares do PMDB já começa a se formar para breçar a ação de um Centão no âmbito estadual. Esse grupo prefere não se identificar ainda, para não comprometer seu trabalho.

Nesse jogo de empurrar a culpa para o grupo adversário, o PT acusa o Centão de estar obstruindo os trabalhos da Constituinte, e reserva parte da responsabilidade para o que chama de intransigência dos setores de esquerda. Mas o deputado Daso Coimbra (PMDB-RJ), considerado o estatístico do Centão, nega qualquer culpa do grupo na morosidade dos trabalhos. Tranqüilo quanto à invencibilidade do Centão, Daso diz: "Eleição é com o Tribunal Superior Eleitoral. Não é o Centão que está protelando; é o PT que está impedindo a gente de trabalhar".

MANDATO

Se a votação no plenário da Constituinte acontecesse hoje o regime presidencialista e os cinco anos para Sarney seriam restabelecidos com ampla margem. A avaliação é do deputado Luis Eduardo Magalhães (PFL-BA), um dos articuladores do Centão. Para Luis Eduardo, o presidente não encontrará nenhuma dificuldade de decidir trabalhar

pelos cinco anos de mandato, principalmente se acionar sua bancada através do líder Carlos Sant'Anna. O deputado explicou que dentro do Centão essas são questões abertas, e cada um votará como quiser. Mas garante que a grande maioria é favorável aos cinco anos. Pessoalmente, Luis Eduardo acha que não haverá tempo para a realização das diretas-88.

Secretária Eletrônica CCE

A única que utiliza fita cassete em tamanho padrão

- Quando você está por perto ela grava cartas, ditados, etc., permite que você ouça quem está tentando falar com você sem interferir na ligação, grava conversações e indica o número de recados recebidos.
- Quando você está longe, ela grava os recados automaticamente, avisa quando a fita chegou ao fim, comunica a você se há algum recado gravado e transmite, para qualquer lugar do mundo, as mensagens gravadas, bastando acioná-la pelo controle remoto.
- Secretária Eletrônica CCE.
- Quando você precisar de algo mais que uma simples gravadora de recados...



cce AUDIO-VÍDEO-INFORMÁTICA

Produzida na Zona Franca de Manaus

- Amaro Som • Arapua • Audio Studio • Carrefour • Casas Bahia • Cinerall Magazine
- Cinótica • Colorcenter • Coml. Eduardo • Coml. Siro • Conduvolt • Cooper. Rhodia • Eldorado Plaza
- Eletrimp • Eletro States • Eletrônica Kim • Eletrônica Som Mundial • Filrcil • Fotoptica • Guedes
- H.C. Eletrônica • Império das Jóias • Instant Kolor • Jean Bittar • J.M.E. • Jordi • Makro • Manaus • Maneca
- Mappin • Mesbla • O Mundo das Antenas • Play Tec • Pró-Som • Reflex • Robinson's
- Sears • Still Componentes • Som Maravilha • Torax Eletrônica • Tranchari • Trimaq • Ultralar